



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

*(Compilação – atualizada até a Lei nº 8.215, de 19 de maio de 2014) **

LEI N.º 4.531, DE 03 DE MARÇO DE 1995

Regula as comemorações de carnaval.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 07 de fevereiro de 1995, **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º As comemorações de carnaval, oficializadas pela Lei nº 3.843, de 20 de novembro de 1991, compreendem:

I – eleição da Rainha do Carnaval e do Rei Momo;

II – desfile das escolas de samba, blocos e bandas.

~~**Parágrafo único.** Caberá à entidade representante das agremiações carnavalescas de Jundiaí prover a produção artística.~~

~~**Parágrafo único.** Caberá à entidade representante das agremiações carnavalescas de Jundiaí declarada de utilidade pública municipal prover a produção artística. (Redação dada pela [Lei n.º 8.052](#), de 26 de agosto de 2013 – declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 15 de fevereiro de 2017, no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito Municipal (processo nº 2171536-89.2016.8.26.0000))~~

~~**Art. 2º** As comemorações previstas nesta lei terão dotação orçamentária própria dentro da Coordenadoria Municipal de Cultura e Turismo.¹~~

~~**Parágrafo único.** Para os fins do artigo será ouvida, previamente, a entidade representante das agremiações carnavalescas de Jundiaí.¹~~

~~**Art. 2º** As comemorações previstas nesta lei terão dotação orçamentária própria dentro da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. (Redação dada pela [Lei n.º 8.052](#), de 26 de agosto de 2013²)~~

Art. 2º As comemorações previstas nesta lei terão dotação orçamentária própria dentro da Secretaria Municipal de Cultura. (Redação dada pela [Lei n.º 8.215](#), de 19 de maio de 2014)

*** Esta compilação foi elaborada pela Câmara Municipal de Jundiaí com a finalidade de facilitar a consulta por munícipes e demais interessados. Ela não substitui as leis publicadas na Imprensa Oficial do Município.**

¹ O artigo 2º e seu parágrafo único foram objeto de veto do Prefeito, que foi rejeitado pela Câmara Municipal, sendo tais dispositivos promulgados por seu Presidente em 27 de março de 1995.

² A Lei nº 8.052/2013 foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 15 de fevereiro de 2017, no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito Municipal (processo nº 2171536-89.2016.8.26.0000).



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

(Compilação da Lei nº 4.531/1995 – pág. 2)

~~Parágrafo único. Para os fins do artigo será ouvida, previamente, a entidade representante das agremiações carnavalescas de Jundiaí declarada de utilidade pública municipal.~~ (Redação dada pela [Lei n.º 8.052](#), de 26 de agosto de 2013 – declarada *inconstitucional* pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 15 de fevereiro de 2017, no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito Municipal (processo nº 2171536-89.2016.8.26.0000))

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ BENASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos três dias do mês de março de mil novecentos e noventa e cinco.

MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

\scpo